



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PDL 0059/2021

A luta contra o processo de invisibilização, quando não apagamento e morte, das mulheres negras na sociedade brasileira continua exigindo um enfrentamento urgente e necessário. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras, com filhos de até 14 anos, estão abaixo da linha da pobreza, com renda per capita de aproximadamente R\$ 420,00. A porcentagem é mais que o dobro de toda a média nacional de pessoas nesta condição, que somam 25% do total. A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, mostrou que o grau de insegurança alimentar que vinha caindo nos últimos anos nos lares brasileiros teve um aumento de 37% e atinge mais lares chefiados por mulheres e negros. Os números revelam que, em 2018, mulheres negras receberam menos da metade do salário de homens brancos, o equivalente a 44,4% do total. Cabe questionar, portanto, por qual motivos as mulheres negras são historicamente negligenciadas pelo Poder Público.

Nesse contexto, surge a Marcha das Mulheres Negras¹, em novembro de 2015, com grande evento em Brasília, organizadas em várias frentes, Fóruns, Redes, Coletivos, Articulações e diferentes grupos de mulheres negras oriundas de diversas partes do Brasil, com capilaridade em todas as capitais e cidades do país que o movimento até então não alcançava. Neste sentido, a Marcha de 2015 é um ponto de inflexão para as mulheres negras, principalmente ao fazer submergir e trazer ao cenário nacional movimentos que se encontravam isolados em seus territórios, em suas especificidades, e que, ao contrário do que se podia esperar, acabaram por definir os contornos da marcha, resultando na sua grande mobilização. Mulheres negras passaram a se reconhecer como uma grande comunidade de destino.

A Marcha redesenha as regras de participação e representação política em nosso país, ao reconhecer o nosso acúmulo de experiência e demonstrar a nossa força e capacidade de mobilização política. É, inevitavelmente, um marco que está transformando a história.

Esse movimento social ampliou a representatividade das mulheres negras não apenas nas linhas de frente na luta por ocupar espaços no legislativo e executivo, mas também por meio da construção e fortalecimento de mais redes de apoio que possam instrumentalizar cada vez mais mulheres negras a assumirem os espaços decisórios nos contextos em que estão inseridas.

O movimento crescente de mulheres negras, de várias gerações, que unidas têm contribuído em campos diversos para a ampliação das lutas, nos espaços físicos e/ou virtuais, mostra a capacidade de multiplicação dos movimentos em defesa das mulheres.

A juventude negra, excepcionalmente, aponta para a renovação das práticas, discursos e frentes de ação, que massivamente têm alcançado mais pessoas para o enfrentamento das opressões. Segundo dados do Atlas da Violência (2020), levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa de homicídios de mulheres negras, a cada 100 mil habitantes, é de 5,2. Já para mulheres não negras esse índice cai para 2,8. A taxa de homicídio entre mulheres não negras teve uma queda de 11,7%, enquanto que entre mulheres negras o aumento foi de 12,4%. Nesse sentido, a Marcha de Mulheres Negras busca denunciar a inoperância das políticas públicas em relação às mulheres negras, buscando reverter este grave cenário.

Ao abordar a temática do Bem Viver (conceito criado pelos povos altiplanos dos Andes), a marcha insere a luta das mulheres negras num novo patamar, que vem se somar às outras pautas, como a do enfrentamento ao racismo patriarcal, às violências e preconceitos. As

mulheres negras oferecem à sociedade um novo projeto de nação, a possibilidade de um outro mundo possível, a partir da mudança de um modelo de desenvolvimento, que pudesse combater, portanto, a mercantilização-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal, conforme explica Nilma Bentes, no livro *Marcha das Mulheres Negras*, publicado pela AMNB em 2016.²

A data de realização da Marcha de Mulheres Negras, 25 de julho, vem da realização do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, que teve início em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana. Foi nesse encontro que surgiu a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, e o dia 25 de julho passou a ser um marco de luta para as negras. Nesta mesma data comemora-se ainda o Dia Nacional de Tereza de Benguela, em homenagem à líder quilombola que viveu no século 18 e liderou a luta contra a escravidão, por duas décadas, no Quilombo de Quariterê.

A partir da marcha, o dia 25 de julho ganhou uma grande visibilidade e o resultado tem sido expresso pelo número de atividades que acontecem nesse período, que está sendo chamado de julho das pretas. Por todas as regiões do Brasil, acontecem atividades artísticas e culturais nos grandes centros urbanos, nas periferias. Vão de debates a cursos de formação sobre temas específicos e conjunturais, à troca de saberes, e às oficinas de autocuidado, que têm defendido o afeto como uma forma de crescimento pessoal das mulheres negras para o enfrentamento das violências cotidianas. Desde 2015, quando se deu a primeira marcha no país, não é mais possível ignorar esta força política emergente.

A Marcha de Mulheres Negras de São Paulo vem se construindo desde 2013. A denominação *Marcha das Mulheres Negras de São Paulo (MMNSP)* foi definida em 2017 porque, após o evento, as mulheres negras entenderam a necessidade de continuarem juntas para garantir apoio à auto-organização ao fortalecimento das instâncias do movimento de mulheres negras ligados à marcha.

O que define a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo é a pluralidade de vozes representadas. E nela cabem todas as mulheres negras: as cisgêneras e as trans; as héteros, as lésbicas e as bis; as organizadas e as autônomas; as religiosas e as ateias. É um espaço multipartidário e multirreligioso que se pauta pelo debate necessário sobre as questões de gênero, raça e classe. E todas aquelas que se comprometem com a Carta de Princípios. Na defesa intransigente da democracia radical do Estado, pela democratização do poder e pela construção de uma cultura ética e democrática no Brasil, baseada na solidariedade e no respeito pela autonomia.

No momento em que o Brasil se depara com um grave processo político de desmandos, retrocessos, diferentes grupos sociais têm buscado a organização da população para a defesa dos seus direitos ameaçados e a MMNSP tem se somado a esses esforços, promovendo e participando de atividades de rua.

Diante do exposto, este Decreto Legislativo visa o reconhecimento público da Cidade de São Paulo, à Marcha de Mulheres Negras de São Paulo. A homenagem (Salva de Prata) é a mais alta honraria oferecida pelo Poder Legislativo paulistano a instituições, organizações, fundações, entre outras, que prestam relevantes serviços à população da cidade.

A Marcha de Mulheres Negras de São Paulo é motivo de orgulho para a cidade de São Paulo. A marcha teve impacto nas jovens negras, que vêm intensificando suas mobilizações nos últimos anos, impactando positivamente, assim, toda a sociedade paulistana. Nas palavras da professora e filósofa Angela Davis, "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela".

¹ Manifesto de cinco anos da Marcha das Mulheres Negras: pela ocupação, tomada de posse, destruição das estruturas racistas e sexistas e pelo Bem Viver! Disponível em: <https://amnb.org.br/manifesto-de-cinco-anos-da-marcha-das-mulheres-negras-pela-ocupacao-tomada-de-posse-destruicao-das-estruturas-racistas-e-sexistas-e-pelo-bem-viver>

² O dia 25 de julho é um marco de luta para as negras, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-dia-25-de-julho-e-um-marco-de-luta-para-as-negras>

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 10/11/2021, p. 99

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.